



EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS E DESAFIOS

Simone dos Santos França (PGLETRAS/UEMS)¹

Maria Leda Pinto²

Resumo

Esse artigo apresenta as reflexões parciais do projeto de **pesquisa Cotas e o acesso À universidade: o discurso de acadêmicos indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Letras da UEMS, sobre a temática da implantação de cotas para indígenas nessa universidade. A educação é um direito de todos e fundamental a qualquer ser humano, para que se desenvolva plenamente. No entanto, nem todos têm acesso à educação e nem sempre oferecer acesso garante o direito a educação, já que, para que isso aconteça, oportunidades iguais e educação de qualidade são aspectos que devem ser considerados. Quando se refere à educação indígena, pode-se observar claramente que o princípio de igualdade, por muitas vezes, não está presente, se considerarmos que a educação deve garantir aos povos indígenas a reafirmação de suas identidades étnicas. Com o propósito de explorar melhor o tema das cotas e do acesso dos indígenas à universidade por meio do discurso, o presente artigo — fundamentado nas ideias de Grupioni; Lima & Hoffmann; Guimarães & Villardi — tem como objetivo apresentar os principais aspectos que envolvem a educação indígena em âmbito nacional e no Estado de Mato Grosso do Sul.

Palavras- chave: Etnia. Diversidade. Igualdade.

Introdução

Existem basicamente duas vertentes entrelaçadas que marcam os estudos sobre os povos indígenas, mesmo que em alguns momentos esse estudo seja feito de forma separada: a busca por formação superior para professores indígenas em cursos específicos e a busca por capacidades para gerenciar terras demarcadas, ou seja, compreender a questão territorial. Essas duas vertentes configuram-se em os novos desafios para os povos indígenas e o Estado (Brasil).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

² Professora orientadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

A primeira vertente está relacionada à educação escolar, imposta aos indígenas desde a colonização e que fomentou a busca pela formação de professores indígenas. A segunda vertente, articulada a primeira, refere-se à carência de profissionais indígenas graduados pelas universidades que articulem os saberes adquiridos e os conhecimentos tradicionais de seus povos, e estejam preparados para se posicionarem frente ao processo de territorialização a que estão submetidos com a demarcação de suas terras.

Educação escolar indígena no Brasil: aspectos gerais

Desde 1910, quando foi criado o serviço de Proteção aos Índios – SPI, foram sendo implantadas redes de escolas para educação de indígenas que ofereciam do Ensino primário ao ensino profissionalizante, com o objetivo específico de formar trabalhadores. Essas medidas evoluíram e hoje temos demanda suficiente para a formação superior. Evolução histórica que se intensificou no período pós-constitucional e principalmente, após governo de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

No ano de 1953, a UNESCO reconhece que ensinar a criança indígena por meio de sua língua materna trazia maior êxito, um reconhecimento que já caminhava para a valorização da cultura dos povos indígenas hoje vistos como minorias étnicas. Dessa perspectiva, a criança indígena deveria participar dos conhecimentos comuns a todos para que pudesse fazer parte da comunidade nacional, no entanto, no que diz respeito ao ensino e a aprendizagem, existiriam medidas educacionais específicas para o ensino dessas crianças.

Um grande avanço acontece com a Lei nº. 6.001, de 19 de abril de 1973, que sancionou o Estatuto do Índio, prevendo a importância da integração do indígena à sociedade, mas com a garantia da preservação da sua cultura. Juntamente com a promulgação do Estatuto, começaram a serem feitos seminários e discussões sobre a educação escolar indígena, constatando-se que, com o passar dos anos, a educação indígena se revelou outra bem diferente daquela do início da colonização, que tinha como propósito a catequização dos povos indígenas. No entanto, não podemos nos deixar enganar acreditando que a política oficial indigenista garante o respeito às sociedades indígenas e sua autonomia política.

Ao longo do processo histórico do Brasil, a política nacional de educação indígena³ foi se consolidando até chegar ao que conhecemos hoje como educação universitária para indígenas. Dessa maneira, não se pode negar a construção de um novo panorama para educação indígena no Brasil. Como exemplo, temos as mudanças ocorridas nos últimos anos na legislação que trata dos indígenas e do direito a uma educação diferenciada, assim como a revisão do Estatuto do Índio que ainda tramita no Congresso Nacional. Percebemos que quando o indígena reclama seu direito de voz e ocupa os espaços sociais como a universidade, está lutando por uma causa justa e que já foi prevista pela legislação, desde 1988, como afirma Grupioni (2000):

Nesse cenário, a Constituição de 1988 merece especial atenção, pois foi com a sua promulgação que se reconheceu aos índios o direito de permanecerem índios e terem suas tradições e modos de vida respeitados e protegidos pelo Estado brasileiro, rompendo com a tradição legislativa e administrativa que sempre procurou incorporar os índios à comunhão nacional, entendendo-os como categoria étnica e social transitória, fadada ao desaparecimento. (GRUPIONE, 2000, p.274).

Entretanto, por mais que se discuta essa necessidade de reconhecer o direito do indígena de ser quem ele é, tem-se que reconhecer e entender o processo pelo qual a educação indígena passou e os fatores que levaram a aculturação. Não se pode apagar ou simplesmente esquecer que o processo de assimilação do indígena na sociedade de não indígenas perdurou por muito tempo, de forma que eram levados a pensar, falar e agir de forma igual aos demais membros da sociedade não importava a identidade individual apenas a identidade nacional.

A escola era, dessa maneira, apenas mais um instrumento para a assimilação do indígena, já que a própria alfabetização se dava em língua portuguesa como ainda é feita em muitas escolas do Brasil. A língua indígena então é descartada e acaba sendo esquecida e por vezes se perde. A realidade atual mostra que muitos indígenas principalmente os que vivem nas cidades, já não falam a língua de seu grupo porque não sabem, não aprenderam, uma vez que se dirigiram desde muito cedo para as cidades em busca da escolarização que normalmente não existe em suas aldeias.

³ Utilizamos neste artigo a terminologia “educação indígena” justamente porque como esclarece Grupioni (2000) há mais de duas décadas se estabeleceu a diferença entre educação indígena e educação para o índio. A primeira refere-se aos processos e práticas tradicionais de socialização e transmissão de conhecimentos próprios a cada sociedade indígena. Já a segunda terminologia, ganhou novo aspecto nos últimos anos, e constitui-se no conjunto de práticas e intervenções que decorrem da situação de inserção dos povos indígenas na sociedade nacional, voltados à introdução da escola e do letramento.

A Educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul: aspectos gerais

A educação escolar indígena em seu contexto geral aponta, como referido anteriormente, um histórico de mudanças gradativas, assim, no Estado de Mato Grosso Do Sul não foi diferente. Inicialmente o Estado praticamente não tinha comprovações de escolas que funcionassem em reservas indígenas. No entanto, após o ano de 1920 surgem algumas escolas de cunho missionário e a da Secretaria de Proteção ao Índio, caminho trilhado por poucos. Segundo Carvalho (1995) somente após a criação do Estatuto do índio (1973) começaram a ser desenvolvidos trabalhos que permitiam autonomia às comunidades indígenas, possibilitando-lhes atuarem dentro dessas comunidades nas áreas de educação e saúde. Projetos de fundações como SUMMER *Institute of Linguists* juntamente com a FUNAI passaram também a se preocuparem com programas educacionais, principalmente no que se refere à língua dos povos terena.

No estado de Mato Grosso do Sul, somente em 1987 surgem às primeiras ações governamentais para a educação escolar indígena. O primeiro projeto de educação indígena era voltado para crianças da pré – escola e tinha como propósito o desenvolvimento das crianças indígenas de 4 a 6 anos, condizente com sua realidade. No mesmo ano o Centro de Estudos Indígenas -CTI propõe um projeto de educação para a elaboração de material pedagógico que fosse adaptado a realidade dos Terena.

Como resultado desse trabalho, foi produzida uma cartilha para os Terena, que propunha — entre tantas outras coisas — trabalhar a valorização da criança terena, abordar questões sobre identidade cultural e o resgate da história do povo terena. Percebemos que, a partir dessas ações, começam a haver articulações entre as entidades, as ações pedagógicas e a realidade vivida pelo terena que reside em Mato Grosso do Sul.

Outro marco para a educação indígena como um todo no Estado foi a realização do I Encontro Estadual Indigenista, em 1990, promovido pela Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul. Várias questões foram debatidas nesse momento como, por exemplo, a real situação da educação indígena regional. O evento reuniu lideranças indígenas, linguistas, antropólogos, responsáveis por entidades governamentais e não governamentais com o objetivo de propor ações para resolver os problemas enfrentados, vislumbrando assim uma política educacional para os povos indígenas.

Foi um encontro de grande dimensão, com palestras, discussões de grupos de trabalho que abordaram as mais diferentes temáticas dentro do universo indígena: questões como educação, recursos

humanos e infra-estrutura, entre outras. Ao final, os debates resultaram na criação de uma proposta educacional para ser aplicada nas escolas situadas nas aldeias indígenas, que implicava em uma política educacional que viabilizasse recursos necessários para que fossem postas em prática as ações (Carvalho, 1995)

As Diretrizes da Educação no Estado do Mato Grosso do Sul foram sendo traçadas ao longo das últimas décadas, ainda que a passos lentos. Em 1991, após uma importante reunião organizada pela Secretaria de Estado de Educação foram feitas as Diretrizes da Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso do Sul que tinha como eixo principal garantir aos indígenas acesso a propostas curriculares que valorizassem sua cultura e considerassem seus mecanismos próprios de aprendizagem. Essa proposta partiu das Diretrizes Gerais da Educação Indígena que propunha uma escola com características próprias que respeitasse a cultura, a língua e os costumes dos povos indígenas.

Contudo, é sempre um processo de luta e embates quando tratamos de educação e no contexto da educação indígena não seria diferente. Muito já foi conquistado, mas ainda observamos que o currículo e o calendário das escolas das aldeias e outras que atendem a comunidade indígena não estão totalmente adequados à essa realidade. Os professores que atuam nessas escolas geralmente não estão preparados para lidarem com alunos indígenas. A verdade é que educação se faz com parcerias e nem todos ainda estão engajados nessa causa, como afirma Carvalho (1995):

No Mato Grosso do Sul, especialmente entre a população terena, somente algumas lideranças estão esclarecidas sobre o processo educacional vigente, sobre o que está sendo discutido a nível de uma política diferenciada.(...) Sérios que a maioria desta população ainda não sabe claramente qual tipo de educação escolar é melhor para tribo. (CARVALHO, 1995, p.91).

A caminhada segue no sentido certo, buscando definições e aplicações das leis que garantam a educação indígena — tanto a que compreende o Ensino Fundamental e Médio, quanto a universitária — uma forma diferenciada, que valorize os povos indígenas, sua identidade cultural e individual.

O Estado de Mato Grosso do Sul, mais uma vez, sai à frente nas questões de educação indígena, mostrando que não só é um dos estados que registram a maior população indígena, mas também é pioneiro no que se refere às políticas públicas que valorizam o indígena, já que, a exemplo disso, temos as cotas para indígenas ingressarem nas universidades públicas e em universidades particulares, com programas que oferecem bolsas para os acadêmicos indígenas.

Educação superior indígena no Brasil: perspectivas e desafios



Um dos temas mais discutidos pela população brasileira no ano 2000 foi a criação de políticas de inclusão para os considerados historicamente excluídos, visando à entrada desses grupos no ensino superior o que hoje é conhecido por “cotas”. Dentre os grupos ditos minoritários que se beneficiariam das medidas afirmativas está a população indígena que reside em território nacional. Atualmente já se reconhece os povos indígenas e suas formas particulares de organização, assim como seus costumes e formas próprias de transmissão de conhecimento. Essa conquista é fruto de uma evolução conseguida a duras penas ao longo dos últimos séculos. Prova de todas essas mudanças principalmente em relação à educação é o empoderamento, a apropriação da instituição chamada escola pelos indígenas, conforme afirmam Guimarães e Villardi:

A escola, historicamente, um espaço de imposição de valores e assimilação da economia de mercado – devoradora de identidades –, a partir dos direitos educacionais dos povos indígenas, passa a ser reivindicada pelas comunidades indígenas como espaço de construção de relações intersocietárias, baseadas na interculturalidade e na autonomia política. (GUIMARÃES E VILLARDI, 2010, p.19).

As ações afirmativas se pautam no princípio de igualdade, porém quando nos referimos à educação superior indígena, é necessário ter o cuidado de garantir a autonomia dos povos indígenas e a pluralidade desses povos que têm suas formas de aprendizagem. Conforme Hoffmann (2005), como decorrência da implantação de ações afirmativas para os povos indígenas no Brasil:

Determinações constitucionais voltadas à garantia do exercício de direitos culturais diferenciados aos povos indígenas; políticas de ação afirmativa implantadas no país na virada do milênio, em meio às quais se situam, de um lado, a perspectiva de criar alternativas econômicas e sociais para a garantia dos projetos políticos coletivos destes povos, e, de outro, as demandas por ascensão social e carreira individual, ambas vistas como justificativas igualmente legítimas para a invocação de direitos diferenciados. (HOFFMANN, 2005, p. 02)

Novamente vemos os povos indígenas mobilizados em busca da conquista de espaços tanto no Ensino Fundamental e Médio, quanto no ensino superior, que se tornou possível graças aos relevantes avanços ocorridos no decorrer dos últimos. No entanto, a multiplicidade de ideologias e a identidade de cada povo apresenta reflexões imprescindíveis no que tange à melhor forma de implantar as políticas públicas de ensino pautadas na igualdade de condições.

Devemos acrescentar ainda que existem grandes desafios que o poder público precisa enfrentar em relação à educação dos povos indígenas. Um deles é a necessidade de implantar políticas públicas que atendam as especificidades dos diferentes povos, de forma a manter intacta a sua autonomia. É principalmente neste sentido a preocupação com a participação das comunidades que serão atendidas pelas medidas de inclusão, pois a autonomia está relacionada com a educação e o conhecimento que emancipam e transformam as comunidades.

Com a implantação da política afirmativa de cotas e por esforço pessoal os indígenas têm a possibilidade, de terem seus estudos financiados ou apoiados para que estudem nas cidades e adquiram conhecimentos que ajudarão no desenvolvimento de suas comunidades. No entanto, entrar em universidades públicas não tem sido o verdadeiro desafio, mas manter-se nelas. As bolsas oferecidas pela FUNAI, por exemplo, têm servido como suporte quase único para esse ingresso. O que se pode perceber é que não há um programa de bolsas realmente transparente e consolidado. Ironicamente boa parte dos recursos que os indígenas recebem para custear seus estudos são usados para o pagamento de mensalidades em universidades privadas, isso porque estão situadas em cidades próximas às terras indígenas.

É importante destacar que as organizações indígenas ainda têm pensado pouquíssimo sobre a questão do ensino superior, já que estiveram e estão ainda bastante preocupadas em manter as terras de seus povos e garantir bases para a subsistência. No entanto, em diversas regiões do país a demanda pelo acesso ao ensino superior tem surgido com mais força nos últimos anos e iniciativas no sentido de formar profissionais também.

Embora não pareça, existe um bom conjunto de pesquisadores indígenas muitos inclusive que possuem títulos de mestrado e doutorado. São intelectuais do movimento indígena, que têm com metas, primordialmente, a formação no campo da pesquisa e quadros técnico-intelectuais e professores para atuarem nas escolas indígenas.

Esses intelectuais indígenas têm bastante clareza de que o acesso às universidades é importantíssimo então, as cotas podem servir como um instrumento valiosíssimo para a situação de povos territorializados, mesmo que muitos de seus integrantes não tenham localização determinada. As cotas são fundamentais também para aqueles que, motivados pela busca da educação, buscam os centros regionais ou mesmo as cidades distantes para participarem do processo de escolarização.



Entretanto, as cotas, para os indígenas, não são suficientes se não houver mudanças significativas nas estruturas universitárias, de forma que tenham como reflexo de suas práticas o olhar para quem se desloca de um contexto sociocultural e linguístico diferente, considerando a diferença étnica, pois embora os indígenas sejam conhecedores da vida e da cultura brasileira, ainda sim veem de realidade distinta.

Acontece que não se trata apenas de um único e mesmo preconceito, nem de uma única e mesma forma de discriminação que no meio universitário afligem os indígenas, assim como os afro descendentes e os estudantes “pobres”, mas de repensar a universidade como um todo, pois para incluir os grupos historicamente segregados as universidades precisam estar estruturadas e preparadas para recebê-los. Isso vai desde repensar seus conteúdos curriculares até abrir áreas de pesquisa que contemplem esse público alvo.

O que se presencia no cotidiano das universidades com as políticas de acesso diferenciado para indígenas é que as soluções adotadas não mostram que essas instituições se livraram do peso da administração tutelar historicamente constituída entre os povos indígenas e o Estado brasileiro. Isso pode ser comprovado, por exemplo, quando determinadas universidades solicitam para a inscrição dos indígenas nos vestibulares a “carteira da FUNAI” (documento emitido pela Fundação para indivíduos indígenas), que constantemente é tomada como uma cédula de registro geral, conhecida carteira de identidade, o que não deveria acontecer, já que todos os brasileiros têm que ter sua carteira de identidade.

Dada à diversidade e às diferenças sociais dos diferentes grupos, a oferta de educação de nível superior deve ser feita de uma perspectiva ampla e cuidadosa, pois a educação superior é também um instrumento de fortalecimento das culturas e das identidades dos povos indígenas que lhes permite a conquista da chamada cidadania, por meio do direito de acesso aos bens do mundo contemporâneo.

Considerações finais

Em suma, todos têm direito a uma educação de qualidade que vise o pleno desenvolvimento da pessoa humana, garantindo o acesso ao conhecimento, ao mesmo tempo em que seja uma educação que reconheça e valorize a diversidade, respeitando as diferenças de gênero, raça ou etnia.

Estamos em uma sociedade democrática que, de acordo com a constituição, compreende o convívio com a diversidade, o direito de todos a fazerem parte dos espaços comuns de ensino e



aprendizagem criados e disponibilizados para escolarização prevista por lei. Dessa forma, as políticas educacionais precisam estar em conformidade com os pressupostos que orientam e direcionam o acesso pleno e as condições de igualdade no sistema educacional.

A Constituição Federal de (1988) tem como princípio a chamada “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” para se “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, assim almeja-se uma sociedade com instituições de ensino disponíveis para todos.

Certamente há necessidade de uma adequação mais ampla às especificidades da situação indígena, de forma que se busquem mecanismos adequados de acesso à educação, considerando-se a necessidade de instituir políticas que estejam voltadas para essas populações. Isso é beneficiar mais do que indivíduos, é beneficiar a coletividade para que tenham todas as condições de manter-se culturalmente diferenciadas.

Referências

- LIMA, Antônio Carlos de; HOFFMANN, Maria Barroso. (org.). **Desafios para uma educação superior para povos indígenas no Brasil: Políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados**. Rio de Janeiro. Seminário, 2004.
- GUIMARÃES E VILLARDI. Susana M. G; Raquel. **Educação Indígena**. FGV On line. 2010. Disponível em: <http://moodle.fgv.br/>. Acesso em 23/04/2013.
- CARVALHO, Rosely Fialho de. **Subsídios para a compreensão da educação escolar indígena terena do Mato Grosso do Sul**. Dissertação de mestrado. Santa Maria RS, 1995.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Educação e povos indígenas: construindo uma política nacional de educação escolar indígena**. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, INEP/MEC, Brasília, vol. 81, n. 198, págs. 273-283, maio/ago.,2000.
- MONSERRAT, Ruth (org) **A conquista de escrita**. São Paulo: Iluminuras, 1989.